

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.584, DE 2004

“Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, acrescido pelo art. 47 da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998.”

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado NEUCIMAR FRAGA

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição oriunda do Poder Executivo, cujo texto determina que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino pela União, ocorrerá preferencialmente – e não mais exclusivamente – em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios, setor produtivo ou organizações não-governamentais.

Na exposição de motivos do projeto, o Ministro Tarso Genro aduz que a atual redação da Lei n.º 8.948/94 impede a União de criar escolas profissionais quando não é possível concretizar parcerias com os entes mencionados acima. A regulamentação atual tem reflexos particularmente negativos na oferta de educação profissional nas regiões menos desenvolvidas do País, cujos Estados, Municípios e entidades da sociedade civil não têm condições de suportar as despesas daí decorrentes. Como resultado, inúmeras entidades federadas não possuem nenhuma instituição federal de educação profissional. A isto se acrescente que muitas escolas com obras já avançadas não puderam ser concluídas ante a impossibilidade de a União lhes destinar verbas. Nesse contexto, seria imperativo alterar o § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948/94, removendo o óbice legal que inibe a atuação da União na espécie.

A Comissão de Educação e Cultura manifestou-se pela aprovação da proposição, nos termos do parecer do relator, Deputado COLOMBO.

Aberto o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas perante esta Comissão, conforme atesta a Secretaria.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, em regime de tramitação conclusiva.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa privativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º, II, e). Não há, de outra parte, nenhuma violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 3.584, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado NEUCIMAR FRAGA
Relator